

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO****IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/9273</b>	<b>13831/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - Aquisição de gás natural canalizado para o fornecimento das instalações do Município de braga (CNCM - AQ/67/2023)</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DCF - DCP [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

**FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS**

**Assunto: Aquisição de gás natural canalizado para o fornecimento das instalações do Município de braga (CNCM - AQ/67/2023)**

**Enquadramento Legal:**

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Órgão Executivo autorizar a despesa e aprovar as peças do procedimento, designadamente o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos.

**Considerando que:**

O Município de Braga necessita de assegurar o fornecimento de gás natural canalizado às suas diversas instalações, nomeadamente escolas, unidades de saúde, equipamentos desportivos e outros edifícios municipais;

Para o efeito, foi identificado como mais adequado o recurso ao **Acordo#Quadro para o Fornecimento de Gás Natural em regime de mercado livre — AQ/67/2023**, gerido pela **Central Nacional de Compras Municipais (CNCM)**, representada por Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S. A.;

O Município de Braga integra a referida Central de Compras enquanto Entidade Compradora, ao abrigo do **Contrato de Adesão celebrado em 21 de outubro de 2019**, podendo, assim, recorrer ao respetivo Acordo#Quadro para a aquisição de bens e serviços nela previstos;

O preço base inicialmente previsto para o procedimento, aprovado pela Vereação, ascendia a **1.716.360,23 €**, tendo como referência o preço médio do gás constante do Lote 1 do Acordo#Quadro da ESPAP, correspondente a **0,1625 €/kWh**;



Todavia, na sequência da consulta preliminar ao mercado efetuada no âmbito do Acordo#Quadro **AQ/67/2023 da CNCM**, apurou#se um **preço unitário de 0,03940 €/kWh**, muito inferior ao anteriormente considerado;

A expressiva redução do preço unitário permitido pelo Acordo#Quadro possibilita ao Município **alargar a duração do contrato para 36 meses**, assegurando maior estabilidade e previsibilidade orçamental, quando, com base no preço inicialmente previsto, apenas seria exequível um contrato com a duração máxima de 24 meses;

Mantêm#se, assim, reunidas as condições de economicidade, eficiência e racionalização da despesa, justificando-se a adoção do referido Acordo#Quadro como procedimento de contratação.

A despesa correspondente encontra-se cabalmente cabimentada através do cabimento sequencial n.º:

Requisição Interna	GOP	Cabimento
RI 492	Escolas	100499
RI 493	Edifícios	100734
Ri 494	Centros de Saúde	100735

Tendo em conta o valor estimado da contratação e a natureza do fornecimento, considera-se adequado o recurso ao procedimento de Concurso Público, nos termos do artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

As peças procedimentais – Coniterso e Caderno de Encargos – encontram-se elaboradas e são submetidas para aprovação.

#### **Proposta:**

Submeter à deliberação do Órgão Executivo:

1. A autorização para a despesa necessária à contratação das referidas apólices e da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP;
2. Da escolha do procedimento de Concurso Público com Publicidade Internacional, nos termos do artigo 38.º do CCP;
3. A aprovação das peças do procedimento (Programa de concurso e Caderno de Encargos), em anexo, nos termos do artigo 40.º, nº2 do CCP.
4. Restantes propostas constantes do ponto 3.º da informação de abertura de procedimento
5. Determinar que se proceda à tramitação subsequente do procedimento, nos termos legais aplicáveis.

### **PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**



À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



## CONCORDÂNCIA COM AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

**Data:** 17/03/2026

**Nº Processo::** 13831/2026

**Processo:** Proposta à Câmara Municipal - Aquisição de gás natural canalizado para o fornecimento das instalações do Município de braga (CNCM - AQ/67/2023)

Atento o teor da informação de abertura do procedimento, bem como os fundamentos nela expendidos, concordo com as peças do procedimento de contratação pública propostas, constantes do ponto 3.º da referida informação.

Mais determino que, nos termos do n.º 1, alínea f), do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a presente informação seja submetida à apreciação e aprovação do órgão executivo, na próxima reunião de Câmara .

## DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## **AJUSTE DIRETO POR ACORDO-QUADRO**

**AD/AQ/04/26/DCP**

**Aquisição de gás natural canalizado para o fornecimento  
das instalações do Município de Braga  
(CNCM - AQ/67/2023)**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

---

## Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais .....	4
1ª. Objeto.....	4
2ª. Definições.....	4
3ª. Contrato .....	5
4ª. Prazo do contrato .....	5
Secção I – Obrigações da entidade adjudicante .....	6
5ª. Obrigações da entidade .....	6
6ª. Preço contratual .....	6
7ª. Modificação contratual.....	7
8ª. Alterações ao contrato.....	7
9ª. Condições de pagamento .....	7
Secção II – Obrigações do cocontratante .....	9
10ª. Obrigações principais do cocontratante .....	9
11ª. Proteção de dados pessoais .....	10
12ª. Responsabilidades .....	10
13ª. Dever de sigilo .....	11
14ª. Termos de desempenho ambientais.....	11
15ª. Patentes, licenças e marcas registadas.....	12
16ª. Boa-fé .....	12
17ª. Uso de sinais distintivos .....	12
Secção III – Penalidades contratuais e força maior .....	12
18ª. Penalidades contratuais.....	12
19ª. Força maior .....	13
Secção IV – Resolução e subcontratação contratual .....	14
20ª. Resolução por parte da entidade adjudicante .....	14
21ª. Resolução por parte do cocontratante .....	14
22ª. Subcontratação .....	15
23ª. Cessão da posição contratual .....	15
24ª. Foro competente .....	15
Secção V – Disposições Finais .....	15
25ª. Comunicações e notificações.....	15
26ª. Gestor do Contrato .....	15
27ª. Local do fornecimento do Gás Natural .....	15
28ª. Contagem dos prazos .....	16

29ª.	Legislação aplicável .....	16
Parte II – Cláusulas Especiais.....		16
30ª.	Especificações técnicas.....	16
31ª.	Outras especificações técnicas .....	17

## PARTE I – Cláusulas Gerais

---

### 1ª. Objeto

1. Procedimento **Ajuste Direto por acordo-quadro n.º AD/AQ/04/26/DCP.**
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de gás natural canalizado para o fornecimento das instalações do Município de braga (CNCM - AQ/67/2023)**, dos seguintes bens:

Baixa pressão, compreendendo os seguintes escalões:

- i. Escalão de consumo 1 (0 a 220 m3/ano);
- ii. Escalão de consumo 2 (221 a 500 m3/ano);
- iii. Escalão de consumo 3 (501 a 1.000 m3/ano);
- iv. Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano);
- v. Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m3/ano;
- vi. Escalão de consumo maior ou igual a 100.001 m3/ano.

---

### 2ª. Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

**CCP** – Códigos dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;

**Contrato** – contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário nos termos do presente caderno de encargos;

**Gestor do contrato** – Responsável único, nomeado quer pela entidade adjudicante quer pelo cocontratante para gestão do contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro;

**CNCM** - Central Nacional de Compras Municipais;

**Acordo Quadro** – Acordo Quadro **AQ/67/2023** para o fornecimento de gás natural em regime de mercado livre para Portugal Continental, ao abrigo do qual se disciplina o presente procedimento pré-contratual e a relação contratual subjacente;

**ERSE** – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;

**kWh** – Kilowatt/hora, quantidade de energia consumida;

**Entidade Adjudicante** – Município de Braga;

**Adjudicatário** – entidade convidada a quem se adjudica a execução do contrato;

**Nível de serviço** – Contrato que especifica os níveis de serviço ou standards de desempenho que a entidade prestadora do serviço se compromete a prestar a uma determinada entidade adquirente, nomeadamente, a disponibilidade da infraestrutura e



comunicações, confidencialidade, segurança dos dados, etc; o mesmo que Service Level Agreement (SLA).

---

### **3ª. Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, independentemente de ser ou não reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c. O presente Caderno de Encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

---

### **4ª. Prazo do contrato**

1. O contrato mantém-se em vigor por um período de **36 meses** ou até ser atingido, durante esse período, a entrega dos bens/distribuição do gás ou o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:
  - a. Com contrato reduzido a escrito, a partir da data da publicitação no portal dos contratos públicos, sendo condição de eficácia e data de início da execução contratual.
2. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido

o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao cocontratante o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

3. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

## **Secção I – Obrigações da entidade adjudicante**

---

### **5ª. Obrigações da entidade**

1. A entidade adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento dos serviços/bens que lhe sejam prestados.
2. A entidade adjudicante deve fornecer ao cocontratante a informação relevante e necessária relacionada com o contrato.
3. A entidade deve assegurar, na formação e na execução dos contratos públicos, que os operadores económicos respeitam as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

---

### **6ª. Preço contratual**

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário em regime de fornecimento contínuo a até ao limite máximo mencionado no ponto seguinte, de acordo com **os valores resultantes das quantidades efetivamente fornecidas e o preço unitário dos bens constante da proposta adjudicada, que em caso algum, não podem ser superiores ao estabelecido na fase de seleção do acordo-quadro e respetivas revisões**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior, **não pode, em qualquer caso, ser superior a 1 052 648,50 € (valor sem IVA).**
3. O preço máximo definido no ponto anterior, inclui as tarifas definidas legalmente, e considerados como parcela regulada de energia que são aprovadas pela ERSE e estejam em vigor no período de faturação (Acesso ERSE + taxa de ocupação de Subsolo + Capacidade + ISP).
4. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios

humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização na prestação dos serviços, de patentes, licenças ou marcas registadas.

5. O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, de acordo com os consumos efetuados por cada CUI.
6. Os preços de gás natural constantes dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro poderão ser objeto de revisão, nos termos previstos no respetivo Acordo-Quadro.

---

#### **7ª. Modificação contratual**

Os prazos previstos na cláusula 3ª – Prazo do contrato, podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do cocontratante devidamente fundamentado, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo, salvaguardando o limite temporal de 3 anos.

---

#### **8ª. Alterações ao contrato**

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da publicitação no portal dos contratos públicos.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma alguma antecedência em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
  - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
  - b) Decisão judicial ou arbitral;
  - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

---

#### **9ª. Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
  - a. o artigo 36.º do CIVA;

- b. o artigo 9.º, n.º 1, da LPCA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
  - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
    - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
    - ii. Contactos: [sales@saphety.com](mailto:sales@saphety.com); [faturaeletronica@saphety.com](mailto:faturaeletronica@saphety.com) e [helpdesk@saphety.com](mailto:helpdesk@saphety.com).
  - d. qualquer esclarecimento adicional relacionado com faturas deve entrar em contacto com [servico.contabilidade@cm-braga.pt](mailto:servico.contabilidade@cm-braga.pt)
2. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
  3. No caso de entregas parciais, o valor a pagar é faturado de acordo com as entregas efetuadas, se aplicável.
  4. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens.
  5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
  6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
  7. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
  8. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
  9. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

## **Secção II – Obrigações do cocontratante**

---

### **10ª. Obrigações principais do cocontratante**

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Para além das obrigações previstas no caderno de encargos do Acordo Quadro, constituem ainda obrigações do adjudicatário:
  - a. Fornecer os bens à entidade adjudicante, conforme as Características técnicas e requisitos mínimos constantes do caderno de encargos do Acordo Quadro e as especificações do presente caderno de encargos;
  - b. Recorrer a todos os meios humanos e materiais necessários e adequados à execução do contrato;
  - c. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, os factos que tornem total ou parcialmente impossíveis o fornecimento dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante ou nos termos do Acordo Quadro;
  - d. Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos no caderno de encargos do Acordo Quadro com as especificações do presente caderno de encargos;
  - e. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
  - f. Comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
  - g. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
  - h. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

---

### **11ª. Proteção de dados pessoais**

1. O Cocontratante obriga-se, quer na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento, quer na sua qualidade de Subcontratante, nos termos definidos nos n.ºs 7 e 8 do art.º 4º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a cumprir e a fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo, entre outras, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, sendo exclusivamente responsável por implementar todas as medidas e requisitos necessários ao seu cumprimento durante a execução do contrato.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial ao Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

---

### **12ª. Responsabilidades**

1. O cocontratante(s) respondem perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do(s) contrato(s), bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do(s) contrato(s).
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo(s) cocontratante(s), no âmbito da execução do(s) contrato(s), este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do(s) cocontratante(s) a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por

terceiros até à conclusão da execução do(s) contrato(s), em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

---

### **13ª. Dever de sigilo**

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

---

### **14ª. Termos de desempenho ambientais**

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais, no âmbito da sua atividade empresarial, por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. Garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.
3. Constitui igualmente obrigação do cocontratante a aplicação de medidas de gestão ambiental específicas, quando adequado, em conformidade com um sistema de certificação por terceiros, como os sistemas EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria) ou a norma ISO 14001.

---

#### **15ª. Patentes, licenças e marcas registadas**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

---

#### **16ª. Boa-fé**

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

---

#### **17ª. Uso de sinais distintivos**

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

---

### **Secção III – Penalidades contratuais e força maior**

---

#### **18ª. Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a. Pelo incumprimento da obrigação necessária à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;
  - b. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.



6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

---

#### **19ª. Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
  - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **Secção IV – Resolução e subcontratação contratual**

---

### **20ª. Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo cocontratante, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do cocontratante:
  - a. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do cocontratante;
  - b. Prestação de falsas declarações;
  - c. Estado de falência ou insolvência;
  - d. Cessação da atividade;
  - e. Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do cocontratante e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante.

---

### **21ª. Resolução por parte do cocontratante**

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

---

#### **22ª. Subcontratação**

1. O contrato tem carácter intuitu personae, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

---

#### **23ª. Cessão da posição contratual**

Não é permitida a cessão da posição contratual nos termos estabelecidos no caderno de encargos do Acordo Quadro para Fornecimento de Gás.

---

#### **24ª. Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro.

---

### **Secção V – Disposições Finais**

---

#### **25ª. Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, por meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

---

#### **26ª. Gestor do Contrato**

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato será identificado na fase de adjudicação.

---

#### **27ª. Local do fornecimento do Gás Natural**

1. O fornecimento objeto da contratação serão prestados nas instalações do Município de Braga, cujas moradas constam do **Mapa de quantidades anexo ao presente procedimento**.

2. No decorrer da vigência do contrato, o contraente público poderá criar novos pontos de entrega (CUI) ou, pelo contrário, desativar alguns dos já existentes.
3. Os novos pontos de entrega, criados durante a execução do contrato integram-no e estão sujeitos a todas as condições contratualizadas.
4. A entidade adjudicante reserva-se o direito de implementar medidas de utilização racional da energia tendo em vista a redução dos consumos de energia das suas instalações, quer seja por implementação de medidas de eficiência energética ou de racionalização energética, quer pela transferência dos consumos para horários mais favoráveis, quando exequível.
5. Não são consideradas alterações ao contrato:
  - a) A redução ou aumento do número de pontos de entrega;
  - b) Aumento ou diminuição do consumo.

---

#### **28ª. Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

---

#### **29ª. Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Acordo Quadro, do CCP e demais legislação aplicável.

---

### **Parte II – Cláusulas Especiais**

---

#### **30ª. Especificações técnicas**

Com o presente procedimento pretende-se efetuar a aquisição de gás natural canalizado para o fornecimento das instalações do Município de Braga (CNCM - AQ/67/2023, dos seguintes bens:

**Baixa pressão, compreendendo os seguintes escalões:**

- i. Escalão de consumo 1 (0 a 220 m3/ano);
- ii. Escalão de consumo 2 (221 a 500 m3/ano);
- iii. Escalão de consumo 3 (501 a 1.000 m3/ano);
- iv. Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano);
- v. Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m3/ano;
- vi. Escalão de consumo maior ou igual a 100.001 m3/ano.

---

### **31ª. Outras especificações técnicas**

1. O fornecimento é contínuo e implica ligação à rede canalizada de distribuição de Gás Natural para as instalações e nos termos indicados pelas entidades adquirentes.
2. As entidades fornecedoras deverão disponibilizar os serviços adequados, reporte de anomalias resultantes do abastecimento, esclarecimento de eventuais dúvidas e, se for o caso, solicitação de apoio técnico, que deverá assegurar:
  - a. Contactos telefónicos específicos (por assunto), durante os dias úteis no período das 09h00 às 17h30;
  - b. Um endereço de correio eletrónico;
  - c. Número de emergência para contacto telefónico, disponível 24 horas por dia;
  - d. Os serviços de um piquete de emergência disponível 24 horas por dia; e
  - e. O registo, com um identificador único, de qualquer ocorrência comunicada.